

Termos do acordo com credores estão prontos, falta apenas a redação

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Os termos do acordo entre o governo brasileiro e o comitê assessor de bancos credores, em torno da reestruturação da dívida externa, "estão concluídos e falta apenas a redação dos comunicados", revelou ontem o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, aos gerentes de agências externas do Banco do Brasil (BB), reunidos em seminário interno.

A conclusão do acordo poderá ser anunciada formalmente ainda nesta semana, assim que estiver redigido o protocolo. Conforme o combinado anteriormente, tão logo o texto final esteja no papel, o Brasil efetua o pagamento dos juros atrasados referentes a março, calculados em torno de US\$ 230 milhões. "Dissemos que logo que terminasse o protocolo pagaríamos março e possivelmente nesta semana pagaremos março", disse o ministro da Fazenda, no domingo, ao programa Crítica e Autocrítica, na TV Bandeirantes.

O pagamento dos juros a partir de abril vai depender de um entendimento com os bancos credores, conforme reafirmou o ministro, mas em vez de um acordo interino em torno de um empréstimo-ponte, conforme previsto anteriormente, outra alternativa pode ser buscada.

"Um acordo interino leva tempo para negociar e uma alternativa seria antecipar o preenchimento da insuficiência das linhas de

curto prazo, tanto do Projeto 3 (linhas de comércio), quanto do Projeto 4 (linhas de interbancário) — através de entendimento que poderia trazer uma quantia considerável ao caixa do Banco Central (BC) que permitiria pagar os juros", explicou Nóbrega. No segundo trimestre deste ano vence cerca de US\$ 1,8 bilhão de juros devidos aos bancos credores, incluindo os bancos brasileiros no exterior.

A antecipação dos recursos necessários ao nivelamento das linhas de curto prazo — um dos pontos que fazem parte do acordo com os bancos — para pagamento dos juros da dívida resguardaria a posição em caixa das reservas internacionais do País. O ministro da Fazenda revelou que as reservas, hoje, estão "um pouquinho acima" do nível de US\$ 4,2 bilhões a US\$ 4,3 bilhões. Para o final do ano, o governo trabalha com a projeção para reservas da ordem de US\$ 4,4 bilhões — mesmo nível de dezembro passado —, admitindo-se que entre dinheiro do Banco Mundial (BIRD) e do Clube de Paris.

As informações colhidas ontem no Ministério da Fazenda pela editora Cláudia Safatle indicavam que o Brasil teria garantido no acordo com os bancos a não-inclusão da cláusula que prevê a penhora ou arresto das reservas internacionais em caso de não-cumprimento do contrato. A informação não chegou a ser confirmada oficialmente.